

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.064	89.078	23.518	96.415	Fornecedores	11	26.114	24.652	28.639	26.509
Contas a receber	4	119.321	85.173	145.411	104.125	Empréstimos e financiamentos	12	11.691	12.915	13.373	14.609
Despesas antecipadas	6	6.604	5.799	7.356	6.019	Arrendamento	10	2.170	1.966	3.118	2.864
Outros ativos		30	30	52	52	Salários e encargos sociais	13	38.389	34.614	42.642	38.237
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>139.019</b>	<b>180.080</b>	<b>176.337</b>	<b>206.611</b>	Impostos a pagar		1.300	4.101	2.305	4.575
						Adiantamentos de clientes	4	84.208	55.973	109.363	74.005
						Dividendos a pagar		-	39.000	-	39.000
						Outros passivos		618	-	618	-
						<b>Total do passivo circulante</b>		<b>164.490</b>	<b>173.221</b>	<b>200.058</b>	<b>199.799</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Impostos diferidos ativos	5	13.247	6.030	14.550	7.352	Fornecedores	11	948	1.594	948	1.594
Outros ativos		3.708	518	86	79	Empréstimos e financiamentos	12	49.548	60.558	49.548	62.225
Investimento em controladas	7	15.604	13.988	-	-	Arrendamento	10	4.030	4.008	7.613	7.812
Imobilizado	8	6.920	7.586	7.607	8.271	Impostos a pagar		1.830	1.144	1.830	1.713
Intangível	9	142.800	119.673	157.866	134.321	Contingências	14	1.619	1.945	2.146	1.945
Direito de uso	10	5.390	5.146	8.923	8.973	Outros passivos		1.357	449	360	417
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>187.669</b>	<b>152.941</b>	<b>189.032</b>	<b>158.996</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>59.332</b>	<b>69.998</b>	<b>62.445</b>	<b>75.706</b>
						<b>Total do passivo</b>		<b>223.822</b>	<b>242.919</b>	<b>262.503</b>	<b>275.505</b>
						<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social	15	83.562	83.562	83.562	83.562
						Plano de ações		11.294	-	11.294	-
						Reservas		8.010	6.540	8.010	6.540
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>102.866</b>	<b>90.102</b>	<b>102.866</b>	<b>90.102</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>326.688</b>	<b>333.021</b>	<b>365.369</b>	<b>365.607</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>326.688</b>	<b>333.021</b>	<b>365.369</b>	<b>365.607</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

1 - Receitas	Nota	Controladora		Consolidado		6.2 - Resultado de equivalência patrimonial	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
<b>1 - Receitas</b>		<b>409.819</b>	<b>380.047</b>	<b>503.567</b>	<b>434.698</b>	<b>7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	7	<b>221.975</b>	<b>206.745</b>	<b>254.006</b>	<b>231.401</b>
1.1 - Receitas com vendas de material didático e prestação de serviço		406.824	375.539	503.004	432.656	<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>					
1.2 - Outras receitas		2.989	4.483	3.825	5.328	<b>8.1 - Pessoal</b>		<b>133.563</b>	<b>106.291</b>	<b>154.703</b>	<b>124.530</b>
1.3 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	4	6	25	(627)	318	8.1.1 - Remuneração direta		105.266	84.262	122.026	98.825
1.4 - Perdas com carteira de clientes - reversão (constituição)	4	-	-	(2.635)	(3.604)	8.1.2 - Benefícios		23.691	17.999	27.138	20.806
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(145.835)</b>	<b>(135.183)</b>	<b>(194.347)</b>	<b>(159.880)</b>	8.1.3 - F.G.T.S.		4.606	4.030	5.539	4.898
2.1 - Custos dos produtos vendidos e serviços prestados		(45.345)	(45.031)	(50.222)	(48.866)	<b>8.2 - Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>10.433</b>	<b>15.811</b>	<b>20.168</b>	<b>20.791</b>
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(100.490)	(90.152)	(144.125)	(111.014)	8.2.1 - Federais		6.441	11.918	14.248	15.653
<b>3 - Valor adicionado bruto (1-2)</b>		<b>263.984</b>	<b>244.864</b>	<b>309.220</b>	<b>274.818</b>	8.2.2 - Estaduais		18	18	18	18
<b>4 - Depreciação e amortização</b>		<b>(61.136)</b>	<b>(46.391)</b>	<b>(63.128)</b>	<b>(47.841)</b>	8.2.3 - Municipais		3.974	3.875	5.902	5.120
4.1 - Depreciação e amortização	18	(61.136)	(46.391)	(63.128)	(47.841)	<b>8.3 - Remuneração de capital de terceiros</b>		<b>11.918</b>	<b>7.103</b>	<b>13.074</b>	<b>8.540</b>
<b>5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)</b>		<b>202.848</b>	<b>198.473</b>	<b>246.092</b>	<b>226.977</b>	8.3.1 - Juros		11.638	6.261	12.679	7.528
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>19.127</b>	<b>8.272</b>	<b>7.914</b>	<b>4.424</b>	8.3.2 - Aluguéis		280	842	395	1.012
6.1 - Receitas financeiras		5.101	3.255	7.914	4.424	<b>8.4 - Remuneração de capitais próprios</b>		<b>66.061</b>	<b>77.540</b>	<b>66.061</b>	<b>77.540</b>
						8.4.1 - Distribuição de dividendos	15	54.395	71.000	54.395	71.000
						8.4.2 - Juros sobre capital próprio	19	7.533	-	7.533	-
						8.4.3 - Lucros retidos		4.133	6.540	4.133	6.540
							<b>221.975</b>	<b>206.745</b>	<b>254.006</b>	<b>231.401</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Gran Tecnologia e Educação S.A. ("Companhia" ou "Gran Cursos") é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída em 06 de junho de 2013, e domiciliada no Brasil, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco J - sala 201, sala 601, sala 1101 parte, sala 1201 parte; sobreloja 03 e 05 parte, Edifício Carlton Tower, Bairro Asa Sul - CEP 70.070-120, Brasília - DF. O Gran Cursos e suas controladas tem como atividades preponderantes a prestação de serviços educacionais no Brasil, principalmente na forma de cursos preparatórios voltados a concursos públicos e exames de classes por meio de uma plataforma online, além de oferecer cursos de graduação e educação continuada de forma presencial em seu campus universitário em Curitiba - PR e à distância. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria Executiva, em 27 de fevereiro de 2026.

## 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são do grupo constituído pela Gran Cursos e suas controladas. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, são apresentadas em milhares de reais (R\$), e todos os valores divulgados foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação contrária. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A tabela abaixo lista as controladas da Companhia:

Nome	Principais atividades	Localização	Tipo de Investimento	Participações diretas	
				2025	2024
Faculdade Gran Ltda	Cursos de graduação e educação continuada presencial e à distância	Brasília - DF	Controlada	100%	100%
Gran Centro Universitário Ltda.	Cursos de graduação e educação continuada presencial e à distância	Curitiba - PR	Controlada	100%	100%

tudo: • **Nível 1 - preços cotados** (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2 - informações**, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • **Nível 3 - informações** para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. Em cada data de balanço, a Companhia analisa a movimentação dos valores de ativos e passivos que precisam ser remensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis vigentes. Para esta análise, a Companhia verifica os principais dados aplicados na última avaliação, confrontando as informações no cálculo da avaliação com os contratos e outros documentos relevantes. A Companhia também compara a mudança no valor justo de cada ativo e passivo com fontes externas relevantes para determinar se a mudança é razoável. Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e no nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação. Os dados desses modelos são obtidos de mercados observáveis sempre que possível, mas onde isso não for viável, é necessário um certo julgamento para estimar o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores poderiam afetar o valor justo registrado dos instrumentos financeiros. Consulte a Nota 21 para mais detalhes. **(b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **i. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contém um componente significativo de financiamento ou para as quais a Companhia aplicou o expediente prático, a Companhia mensura inicialmente um ativo financeiro ao seu valor justo mais, no caso de um ativo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros (SPPI)" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é referida como o teste SPPI e é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados como: ativos financeiros ao custo amortizado ou ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais,

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receita líquida</b>	<b>17</b>	<b>387.582</b>	<b>357.559</b>	<b>479.860</b>	<b>412.193</b>
Custo dos serviços prestados	18	(103.230)	(90.443)	(125.858)	(109.912)
<b>Lucro bruto</b>		<b>284.352</b>	<b>267.116</b>	<b>354.002</b>	<b>302.281</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(109.383)	(88.754)	(117.214)	(95.635)
Despesas com vendas	18	(144.965)	(117.304)	(164.042)	(129.115)
Reversões (perdas) com impairment de ativos financeiros	4	6	25	(627)	317
Outras receitas operacionais líquidas		23.049	14.151	5.508	4.261
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(231.293)</b>	<b>(191.882)</b>	<b>(276.375)</b>	<b>(220.172)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	7	14.026	5.017	-	-
<b>Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>67.085</b>	<b>80.251</b>	<b>77.627</b>	<b>82.109</b>
Receitas financeiras	19	4.864	3.115	7.546	4.104
Despesas financeiras	19	(20.157)	(7.647)	(28.551)	(8.936)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(15.293)</b>	<b>(4.532)</b>	<b>(21.005)</b>	<b>(4.832)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>51.792</b>	<b>75.719</b>	<b>56.622</b>	<b>77.277</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	5	(335)	(4.177)	(5.320)	(5.693)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	7.071	5.998	7.226	5.956
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>6.736</b>	<b>1.821</b>	<b>1.906</b>	<b>263</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>58.528</b>	<b>77.540</b>	<b>58.528</b>	<b>77.540</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação (R\$)</b>	<b>16</b>	<b>517,95</b>	<b>686,19</b>	<b>517,95</b>	<b>686,19</b>
<b>Lucro diluído por ação (R\$)</b>	<b>16</b>	<b>517,95</b>	<b>686,19</b>	<b>517,95</b>	<b>686,19</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>58.528</b>	<b>77.540</b>	<b>58.528</b>	<b>77.540</b>
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>58.528</b>	<b>77.540</b>	<b>58.528</b>	<b>77.540</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	Nota	Plano de opções de ações	Reservas de lucros (prejuízos) acumulados	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
						Capital social
<b>31 de dezembro de 2023</b>		<b>108.814</b>	<b>-</b>	<b>(25.252)</b>	<b>-</b>	<b>83.562</b>
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo acumulado		(25.252)	-	25.252	-	-
Distribuição de lucro		-	-	-	(71.000)	(71.000)
Constituição de reserva legal		-	-	3.877	(3.877)	-
Reserva de lucro		-	-			

## GRAN TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO S.A.

patrimonial ao valor justo, com as variações correspondentes no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas líquidos reconhecidos na demonstração do resultado incluí dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. Na data do balanço, não existem ativos financeiros mensurados ao VJR. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente desreconhecido (ou seja, removido do balanço patrimonial da Companhia) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando ele nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e obrigações retidos. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contábil do ativo e o valor máximo da contraprestação que a Companhia pode ser obrigado a restituir. **Impairment de ativos financeiros:** A Companhia reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas de crédito com base em perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil em cada data de balanço. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos a partir de 1 dia. Em certos casos, também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável que o recebimento integral dos valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. As informações sobre a provisão para perdas de créditos esperadas estão divulgadas na nota 4. **ii. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo e, no caso do custo amortizado, líquidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”):** Passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são considerados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Os ganhos ou perdas em passivos ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial do reconhecimento e somente se os critérios da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. A Companhia designou seu passivo financeiro relacionado à remuneração baseada em ações ao VJR. **Ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros remunerados são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesas financeiras na demonstração do resultado. Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor e considerado parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **(d) Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Esses gastos incluem substancialmente licenças de software pré-pago, prêmios de seguro e férias pré-pagas aos funcionários. **(e) Direito de uso (imóveis arrendados):** A Companhia reconheceu como ativos (“ativo de direito de uso”) e passivo de arrendamentos os seus contratos referentes a locações de imóveis administrativos e operacionais (escritórios, estúdios de gravações e campus universitário). Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente, normalmente celebrados para períodos fixos de 1 a 20 anos, mas podem conter opção de prorrogação, e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados devem ser seguros pelo arrendatário e não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é o arrendatário, optou-se por não separar componentes relaciona-dos e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece passivos de arrendamento mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem efetuados ao longo do prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de índice ou de taxa, e valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos também incluem o preço de exercício de uma opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção da IFRS 16 / CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia: • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiros foi recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma alteração no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos fixos na essência do arrendamento ou uma alteração na avaliação para comprar o ativo subjacente. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos nos passivos de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. **Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos e seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles que possuem um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). A Companhia também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por *impairment*, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a *impairment*. **(f) Imobilizações:** O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provar provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativo	Taxa de depreciação média
Equipamentos de informática	20%
Móveis, equipamentos e utensílios	10%
Livros	33%
Benfeitoria em imóvel de terceiros	20%
Estúdio	10%
Máquinas e equipamentos	10%

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que o seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado. **(g) Intangível: Desenvolvimento de softwares e material didático:** Os softwares e os materiais didáticos desenvolvidos internamente são capitalizados e seus custos são amortizados durante suas vidas úteis estimadas. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software/material identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que ele esteja disponível para uso ou venda; • A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo; • O software/projeto pode ser vendido ou usado; • Os benefícios futuros associados ao software podem ser demonstrados; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o design e para o uso ou venda do software/projeto; e • As despesas atribuíveis ao software/projeto durante seu desenvolvimento podem ser mensuradas de forma confiável. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto do software/material, incluem os custos com empregados alocados desenvolvimento do software/projeto e uma parcela adequada das despesas relevantes. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento anteriormente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em um período subsequente. Os custos de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos e para os materiais didáticos é de 3 anos. **Ágio:** O ágio é mensurado como a diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida e outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. No caso de uma compra vantajosa, o excesso do valor justo líquido dos ativos e passivos da adquirida sobre o preço de compra é reconhecido na demonstração do resultado na data da aquisição. As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. O ágio é contabilizado ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio na entidade alienada. **Licença de operação - Universidade:** A licença de operação ao direito de operar uma instituição de ensino universitário em um determinado município, com autorização do Ministério da Educação, e para obter esses direitos, uma instituição deve atender a vários requisitos, onde a infraestrutura acadêmica e física é avaliada. Dessa forma, isso foi identificado e alocado à combinação de negócios e avaliado como tendo uma vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que essa licença é concedida, a probabilidade de perdê-la é praticamente nula. As revisões de *impairment* da licença de operação para ensino a distância são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. As licenças de operação para ensino a distância são contabilizadas ao seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. **(h) Impairment de ativos não financeiros:** A Companhia avalia, a cada data de balanço, se há uma indicação de que um ativo pode estar com perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma indicação, ou quando for necessário o teste anual de *impairment* para um ativo, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa amplamente independentes das de outros ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para *impairment* com a finalidade de ajustar o valor contábil ao seu valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, adotando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Os fluxos de caixa são derivados do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais a Companhia ainda não se comprometeu ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo DCF, bem como as entradas de caixa futuras esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Na determinação do valor justo menos custos de alienação, transações recentes de

mercado são levadas em consideração. Se nenhuma dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de cada exercício no nível da UGC, quando apropriado. **(i) Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. **(j) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** As provisões para contingências relativas a processos judiciais e administrativos envolvendo assuntos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. A provisão para contingências é constituída para todos os processos avaliados como perdas prováveis, conforme divulgado na nota 14, e a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(k) Salários e encargos sociais:** As despesas com salários e encargos sociais são contabilizadas quando o respectivo serviço é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função do tempo de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(l) Receitas de contratos com clientes:** A receita consiste principalmente em venda de material didático e de mensalidades cobradas pelos cursos preparatórios e de mensalidade dos cursos de ensino superior à distância e presencial. A Companhia também gera receita com taxas de estudantes e outras atividades relacionadas à educação. A receita de mensalidades é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são prestados ao cliente e a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho nos termos do contrato por um valor que reflete a contraprestação que se espera ter direito em troca desses serviços. As receitas de mensalidades são reconhecidas líquidas de bolsas de estudo e outros descontos, reembolsos e impostos. Outras receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que se espera ter direito em troca do serviço. Outras receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. **Contas a receber:** As contas a receber representam o direito da Companhia a uma contraprestação incondicional (isto é, apenas a passagem do tempo é necessária antes do vencimento da contraprestação). Consulte as políticas contábeis de ativos financeiros em Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente. **Adiantamentos de clientes:** Os adiantamentos de clientes (uma obrigação contratual) se referem à obrigação de transferir serviços para um cliente pelo qual a Companhia recebeu uma contraprestação do cliente, como resultado de mensalidades pré-pagas recebidas de estudantes que são reconhecidos separadamente no passivo circulante, quando o pagamento é recebido. Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando se cumpre todas as obrigações relacionadas ao contrato. **(m) Resultado financeiro:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, parcelamento de impostos, passivos de arrendamento e outros passivos financeiros. **(n) Lucro por ação (LPA):** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se: • O lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção do patrimônio líquido que não sejam ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado por elementos de bônus sobre ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 16). O lucro diluído por ação ajusta os valores utilizados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração o efeito dos impostos de renda de juros e outros custos de financiamento associados a ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores, e a quantidade média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. **(o) Impostos: Incentivos fiscais: Prouni:** O Gran Centro Universitário faz parte do Programa Universidade para Todos - Prouni, que estabelece, por meio da Lei 11.096, de 13 de Janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais para instituições de ensino superior que oferecem em troca bolsas integrais e parciais para um certo número de estudantes de baixa renda matriculados em programas tradicionais de graduação e de graduação tecnológica. Os seguintes impostos federais estão incluídos na isenção: • Impostos de renda: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”); • Contribuições sobre a receita: Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”). **Lei do Bem:** Em 2025, a Companhia utilizou o benefício fiscal, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como Lei do Bem, que visa estimular o Desenvolvimento Tecnológico e o Desenvolvimento Econômico do Brasil por meio da concessão de incentivos fiscais a empresas de todos os setores que investem em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à confecção de novos produtos, processos, sistemas e serviços e, ainda, ao aperfeiçoamento daqueles pré-existentes ou pré-estabelecidos, resultando em efetivo ganho de qualidade ou produtividade. Os principais incentivos fiscais nela previstos consistem na possibilidade de exclusão (no Lucro Real e na Base de Cálculo da CSLL) de 60% a 80% dos valores investidos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, além da depreciação integral e amortização acelerada dos bens adquiridos para uso exclusivo nesses projetos. Com isso, a Lei do Bem promove o aumento da competitividade das empresas no mercado e da competitividade do país frente a outros países, além de torná-lo mais atrativo para manutenção e instalação de empresas estrangeiras. **Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro - correntes:** Os impostos sobre o lucro no Brasil são compostos por Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). De acordo com a legislação tributária brasileira, o IRPJ e a CSLL são avaliados e pagos por cada pessoa jurídica e não de forma consolidada. Os impostos de cada entidade são calculados com base no lucro real anual, ajustado ao lucro tributável pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$240 mil, e a contribuição social sobre o lucro é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. Adicionalmente, a Companhia usufrui de incentivos fiscais previstos na legislação brasileira, incluindo o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede isenção do IRPJ e da CSLL sobre os resultados auferidos nas atividades educacionais enquadradas no referido programa, e da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), que permitem a exclusão adicional, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, dos dispêndios incorridos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, conforme critérios e limites estabelecidos na legislação, conforme mencionado no item acima. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado. **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro:** A Companhia avalia, em conformidade com a Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro, se os tratamentos tributários adotados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A avaliação das incertezas tributárias considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo a interpretação da legislação fiscal aplicável ao Lucro Real, precedentes administrativos e judiciais, bem como a prática observada das autoridades fiscais. Os tratamentos tributários incertos são avaliados individualmente, exceto quando a Companhia entende que a análise conjunta seja mais apropriada para melhor refletir a forma esperada de resolução da incerteza. Com base em nosso estudo de conformidade tributária, é provável que nossos tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às controladas) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro - diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, os impostos diferidos não são contabilizados se resultam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. De acordo com a legislação tributária brasileira, os prejuízos fiscais podem ser usados para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expiram. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países em geral são apresentados em separado, e não pelo valor líquido. **Impostos sobre vendas e outros:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não puderem ser recuperados pelas autoridades fiscais, nesse caso, o imposto sobre vendas será reconhecido como parte do custo de aquisição do item de ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar são demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperáveis ou a pagar à autoridade tributária, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou custo/despesa correspondente na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, às seguintes alíquotas nominais: PIS e COFINS são contribuições devidas ao governo federal brasileiro sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, pois estamos atuando como agentes de retenção na fonte em nome das autoridades fiscais. PIS e COFINS pagos sobre determinadas compras podem ser ativados como créditos tributários para compensar PIS e COFINS a pagar. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente com os impostos a pagar e apresentados líquidos, uma vez que os valores são devidos à mesma autoridade tributária. PIS e COFINS são contribuições calculadas sob dois regimes diferentes, de acordo com a legislação tributária brasileira: método cumulativo e método não cumulativo. O regulamento do Prouni define que as receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos são isentas de PIS e COFINS. Para as receitas de outras atividades de ensino, PIS e COFINS são cobrados com base no método cumulativo às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente, e para as atividades não-didáticas, o PIS e COFINS são cobrados com base no método não cumulativo às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. ISS é um imposto devido aos municípios sobre as receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia pelos serviços prestados. Esses são reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a pagar, uma vez que a Companhia atua como agente que recebe esses impostos em nome dos governos municipais. A alíquota aplicada é de 2,00%. **(p) Benefícios a empregados e pagamento baseado em ações (Stock option):** A Companhia mantém planos de pagamento baseado em ações, por meio dos quais concede opções de compra de ações (*stock options*) a determinados empregados e administradores como forma de remuneração adicional e incentivo de longo prazo. As opções concedidas são mensuradas, na data da concessão, pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Para fins de mensuração, a Companhia utiliza modelos de precificação reconhecidos, ajustados às características específicas, considerando, entre outros fatores, o valor econômico estimado da Companhia, o prazo de exercício das opções, a volatilidade esperada, a taxa livre de risco e as expectativas de distribuição de resultados. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa no resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, ao longo do período de aquisição do direito (*vesting period*), durante o qual os beneficiários devem permanecer prestando serviços à Companhia. A despesa reconhecida reflete a melhor estimativa da Administração quanto ao número de opções que se espera que se tornem exercíveis. As estimativas relacionadas às condições de aquisição dos direitos e à permanência dos beneficiários são revisadas periodicamente, e os efeitos de eventuais revisões são reconhecidos prospectivamente no resultado do exercício. As opções que não atendem às condições estabelecidas nos planos, ou que são canceladas, têm seus efeitos ajustados na medida em que deixam de ser elegíveis. Quando exercidas, as opções resultam no reconhecimento dos valores aportados pelos beneficiários diretamente no patrimônio líquido da Companhia. **(q) Juros sobre capital próprio (JCP):** Os juros sobre capital próprio (JCP) correspondem à forma de remuneração dos sócios prevista na legislação societária e tributária brasileira, calculados com base no patrimônio líquido da Companhia, observados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente. Os JCP são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício em que são incorridos, com base no regime de competência, independentemente do efetivo pagamento ou crédito aos sócios. O valor reconhecido é apurado com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), aplicada sobre as contas do patrimônio líquido elegíveis, respeitados os limites legais. Para fins fiscais, os valores de JCP reconhecidos no resultado são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando atendidos os requisitos legais. Os JCP aprovados e ainda não pagos ou creditados aos sócios até a data do balanço são registrados no passivo circulante, conforme o prazo esperado de liquidação. Os valores pagos ou creditados aos sócios estão sujeitos à retenção de imposto de renda em fonte, conforme legislação aplicável. **Pro-nunciamentos novos ou revisados em 2025:** Normas e interpretações novas e revisadas emitidas a partir de 1º de janeiro de 2025, as quais foram avaliadas pela Administração e entendeu-se que não trazem impactos para as demonstrações financeiras: CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis - Em outubro de 2025, foi aprovado o CPC 51, que substituiu integralmente o CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O CPC 51 estabelece novos princípios para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com foco em melhorar a comparabilidade, transparência e utilidade das informações para os usuários. O CPC 51 introduz uma estrutura padronizada para a demonstração de resultado, com segregação obrigatória do desempenho financeiro em categorias definidas, tais como: resultado operacional, resultado de investimentos e resultado financeiro. Além disso, passam a ser exigidos subtópicos obrigatórios, incluindo, entre outros, resultado operacional e resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro. Essa segregação visa aumentar a comparabilidade entre entidades e reduzir a diversidade de apresentações atualmente observadas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O CPC 51 é aplicável para exercícios sociais iniciados ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, desde que adotada adequadamente. O pronunciamiento está alinhado ao IFRS 18, emitido pelo IASB. A Administração avalia que a adoção do CPC 51 resultará principalmente em mudanças na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, sem impactos relevantes nos critérios de reconhecimento e mensuração.

## 3. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	1.173	1.174	1.259	1.201
Aplicações financeiras - CDB (i)	11.891	87.904	22.259	95.214
<b>Total</b>	<b>13.064</b>	<b>89.078</b>	<b>23.518</b>	<b>96.415</b>

(i) As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósito bancário (CDB), cujo vencimento, é inferior a 90 dias e com liquidez imediata, sendo remuneradas com taxa média de 100%q da CDI (100% em 2024).

## 4. CLIENTES

## (a) Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cartão de crédito	119.381	85.239	144.150	103.640
Boleto bancário	-	-	9.140	5.103
Provisão para perdas de crédito esperadas	(60)	(66)	(7.879)	(4.618)
<b>Total</b>	<b>119.321</b>	<b>85.173</b>	<b>146.411</b>	<b>104.125</b>

## GRAN TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO S.A.

Os saldos de contas a receber por idade de vencimento estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receíveis a vencer	119.381	85.239	144.650	103.640
<b>Receíveis vencidos</b>				
De 1 a 30 dias	-	-	613	339
De 31 a 60 dias	-	-	499	276
De 61 a 90 dias	-	-	463	234
De 91 a 180 dias	-	-	809	568
De 181 a 365 dias	-	-	1.556	977
Acima de 1 ano	-	-	4.700	2.709
Provisão para perdas de crédito esperadas	(60)	(66)	(7.879)	(4.618)
<b>Total</b>	<b>119.321</b>	<b>85.173</b>	<b>145.411</b>	<b>104.125</b>

A Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber mensalmente, analisando os valores faturados no mês, o volume mensal de recebíveis e os respectivos valores pendentes por faixa de pagamento em atraso, calculando o desempenho de recuperação. De acordo com essa metodologia, o valor faturado mensalmente e cada faixa de pagamento em atraso recebe uma porcentagem da probabilidade de perda acumulada de forma recorrente. A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Reversão	6	-	-	-
Provisão para perdas de crédito esperadas (i)	-	25	(3.261)	(3.287)
<b>No final do exercício</b>	<b>(60)</b>	<b>(66)</b>	<b>(7.879)</b>	<b>(4.618)</b>

(i) Em 2025, o saldo consolidado é composto da seguinte forma: R\$ (627) de provisão para perdas de crédito esperadas e R\$ (2.634) a perda de valores vencidos acima de 180 dias.

(b) **Adiantamentos de clientes:** Os contratos de alunos com cobrança integral são reconhecidos como adiantamento de clientes, pois o valor já foi cobrado integralmente do cartão de crédito do aluno e a Companhia tem a obrigação de performance de prestar o serviço contratado. O valor consolidado registrado em adiantamento de clientes referente a estes contratos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 109.363 (R\$ 74.005 em 2024).

## 5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado:** Os impostos de renda divergem do valor teórico que seria obtido usando as alíquotas nominais de impostos de renda aplicáveis aos resultados das entidades, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	51.792	75.719	56.622	77.277
Alíquota nominal combinada de impostos de renda	34%	34%	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais</b>	<b>(17.609)</b>	<b>(25.744)</b>	<b>(19.251)</b>	<b>(26.274)</b>
Despesas não dedutíveis	(372)	(279)	(338)	(318)
Ajuste de incentivos fiscais	18.584	20.897	19.359	21.050
Exclusão da equivalência patrimonial	4.769	1.706	-	-
Outros	1.364	5.241	2.136	5.805
<b>Total do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>6.736</b>	<b>1.821</b>	<b>1.906</b>	<b>263</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-13%</b>	<b>-2%</b>	<b>-3%</b>	<b>0%</b>
Despesa de impostos de renda e contribuição social correntes	(335)	(4.177)	(5.320)	(5.693)
Receita de impostos de renda e contribuição social diferidos	7.071	5.998	7.226	5.956

(b) **Imposto de renda e contribuição social a recuperar:** A Companhia realizou antecipações de IR e CSLL, especialmente no começo dos períodos fiscais devido ao alto faturamento sazonal que ocorre no começo do ano. O valor consolidado de impostos sobre o lucro a recuperar é de R\$ 5.762 em 2025 (R\$ 6.825 em 2024). (c) **Impostos diferidos:** Os impostos diferidos registrados no balanço patrimonial estão apresentados de forma líquida no ativo.

	Balanço		Resultado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores (i)	2.430	4.390	(1.960)	-
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(874)	(883)	9	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	20	22	(2)	(9)
Contingências	720	663	57	435
Arrendamentos	250	207	43	75
Stock options	3.840	-	3.840	-
Provisão de bônus	5.167	-	5.167	-
Outras provisões	1.694	1.631	(83)	5.497
<b>Total</b>	<b>13.247</b>	<b>6.030</b>	<b>7.071</b>	<b>5.998</b>
Impostos diferidos ativos	14.121	6.933	-	-
Impostos diferidos passivos	(874)	(903)	-	-

	Balanço		Resultado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	1.546	4.390	(2.844)	-
Ativos intangíveis de combinações de negócios	(874)	(883)	9	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	235	22	213	(431)
Contingências	899	663	236	435
Arrendamentos	1.308	1.223	85	127
Stock option	3.840	-	3.840	-
Provisão de bônus	5.624	-	5.624	-
Outras provisões	1.972	1.937	63	5.825
<b>Total</b>	<b>14.550</b>	<b>7.352</b>	<b>7.226</b>	<b>5.956</b>
Impostos diferidos ativos	15.424	8.255	-	-
Impostos diferidos passivos	(874)	(903)	-	-

(i) A Companhia tem expectativa de utilizar a totalidade do prejuízo fiscal de exercícios anteriores no montante de R\$ 2.430 ao longo do exercício de 2026.

## 6. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de serviços a apropriar	3.758	3.586	3.758	3.586
Adiantamento a fornecedores	2.577	2.025	3.217	2.145
Adiantamento a funcionários	223	143	271	143
Seguros	46	45	110	145
<b>Total</b>	<b>6.604</b>	<b>5.799</b>	<b>7.356</b>	<b>6.019</b>

## 7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

(a) **Composição dos investimentos da controladora:**

	2025	2024
	Investimento em subsidiária	3.056
Ágio na aquisição	12.548	12.576
<b>Total</b>	<b>15.604</b>	<b>13.988</b>

(b) **Movimentação dos investimentos da controladora:** Movimentação via equivalência patrimonial:

	Gran Centro Universitário	Soul Code	Total
	% Investimento	100%	10%
<b>Em 31 de dezembro 2023</b>	<b>(3.603)</b>	<b>5.563</b>	<b>1.960</b>
Baixa de Investimento	-	(5.563)	(5.563)
Equivalência patrimonial	5.017	-	5.017
Outras movimentações	(2)	-	(2)
<b>Em 31 de dezembro 2024</b>	<b>1.412</b>	<b>1.412</b>	<b>1.412</b>
Distribuição de dividendos	(12.382)	-	(12.382)
Equivalência patrimonial	14.026	-	14.026
<b>Em 31 de dezembro 2025</b>	<b>3.056</b>	<b>-</b>	<b>3.056</b>

(c) **Movimentação do ágio:**

	2025	2024
	<b>Em 31 de dezembro 2023</b>	<b>12.631</b>
Amortização	(28)	-
Outras movimentações	(27)	-
<b>Em 31 de dezembro 2024</b>	<b>12.576</b>	<b>12.576</b>
Amortização	(28)	-
<b>Em 31 de dezembro 2025</b>	<b>12.548</b>	<b>12.548</b>

## 8. IMOBILIZADO

	Estúdios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benefitórias em imóveis de terceiros	Equipamentos de Informática	Livros em biblioteca	TOTAL
<b>Em 31 de dezembro de 2023:</b>							
<b>Valor residual</b>	<b>21</b>	<b>1.338</b>	<b>791</b>	<b>1.558</b>	<b>5.501</b>	<b>9.209</b>	
Custo	37	2.065	994	2.987	9.740	15.823	
Depreciação acumulada	(16)	(727)	(204)	(1.429)	(4.239)	(6.615)	
Aquisições	-	236	27	74	788	1.125	
Baixas	-	(75)	(20)	-	(144)	(239)	
Depreciação	(4)	(272)	(99)	(442)	(1.829)	(2.646)	
Depreciação baixas	-	21	3	-	112	136	
Transferências de classificação de custos	-	-	1	-	37	38	
Transferências de classificação de depreciação	1	-	1	(1)	(37)	(36)	
<b>Em 31 de dezembro de 2024:</b>							
<b>Valor residual</b>	<b>18</b>	<b>1.248</b>	<b>704</b>	<b>1.189</b>	<b>4.428</b>	<b>7.586</b>	
Custo	37	2.226	1.002	3.061	10.421	16.747	
Depreciação acumulada	(19)	(978)	(299)	(1.872)	(5.993)	(9.161)	
Aquisições	120	623	11	-	1.321	2.075	
Baixas	-	(69)	-	-	(112)	(181)	
Depreciação	(6)	(292)	(101)	(452)	(1.814)	(2.665)	
Depreciação baixas	-	17	-	-	88	105	
<b>Em 31 de dezembro de 2025:</b>							
<b>Valor residual</b>	<b>132</b>	<b>1.527</b>	<b>614</b>	<b>737</b>	<b>3.911</b>	<b>6.920</b>	
Custo	157	2.780	1.013	3.061	11.630	18.641	
Depreciação acumulada	(25)	(1.253)	(400)	(2.324)	(7.719)	(11.721)	
<b>Consolidado</b>	<b>Estúdios</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Benefitórias em imóveis de terceiros</b>	<b>Equipamentos de Informática</b>	<b>Livros em biblioteca</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>21</b>	<b>1.426</b>	<b>1.160</b>	<b>1.558</b>	<b>5.805</b>	<b>-</b>	<b>9.969</b>
<b>Valor residual</b>	<b>21</b>	<b>1.426</b>	<b>1.160</b>	<b>1.558</b>	<b>5.805</b>	<b>-</b>	<b>9.969</b>
Custo	37	2.168	1.655	2.987	10.341	-	17.187
Depreciação acumulada	(16)	(742)	(495)	(1.429)	(4.536)	-	(7.218)
Aquisições	-	237	49	74	931	-	1.291
Baixas	-	(75)	(20)	-	(144)	-	(239)
Depreciação	(4)	(289)	(158)	(442)	(1.994)	-	(2.886)

	Estúdios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benefitórias em imóveis de terceiros	Equipamentos de Informática	Livros em biblioteca	TOTAL
Depreciação baixas	-	21	3	-	112	-	136
Transferências de classificação de custos	-	958	(282)	-	(706)	-	(30)
Transferências de classificação de depreciação	-	(555)	161	-	424	-	30
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>							
<b>Valor residual</b>	<b>18</b>	<b>1.723</b>	<b>913</b>	<b>1.190</b>	<b>4.427</b>	<b>-</b>	<b>8.271</b>
Custo	37	3.288	1.402	3.061	10.421	-	18.209
Depreciação acumulada	(19)	(1.565)	(489)	(1.871)	(5.994)	-	(9.938)
Aquisições	120	725	20	84	1.321	-	2.248
Baixas	-	(69)	-	-	(112)	-	(181)
Depreciação	(6)	(413)	(162)	(463)	(1.814)	-	(2.858)
Depreciação baixas	-	17	-	-	88	-	105
Transferências	-	-	-	-	22	-	22
Transferências de classificação de depreciação	-	2	6	-	-	-	8
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>							
<b>Valor residual</b>	<b>132</b>	<b>1.983</b>	<b>771</b>	<b>811</b>	<b>3.910</b>	<b>-</b>	<b>7.607</b>
Custo	157	3.942	1.416	3.145	11.630	-	20.290
Depreciação acumulada	(25)	(1.959)	(645)	(2.334)	(7.720)	-	(12.683)

Não há evidências de que os valores contábeis do imobilizado excedam os valores recuperáveis.

## 9. INTANGÍVEL

	Controladora	Softwares	Material didático	Licenças de operação - Universidade	Ágio por rentabilidade futura	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>						
<b>Valor residual</b>	<b>41.991</b>	<b>48.930</b>	<b>90.921</b>			
Custo	50.471	71.578	122.049	-	-	-
Amortização acumulada	(8.480)	(22.648)	(31.128)	-	-	-
Capitalização	34.605	36.481	71.086	-	-	-
Amortização	(12.931)	(29.403)	(42.334)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>						
<b>Valor residual</b>	<b>63.665</b>	<b>56.008</b>	<b>119.673</b>			
Custo	85.076	108.059	193.135	-	-	-
Amortização acumulada	(21.411)	(52.051)	(73.462)	-	-	-
Capitalização	42.133	38.344	80.477	-	-	-
Amortização	(20.685)	(36.665)	(57.350)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>						
<b>Valor residual</b>	<b>85.113</b>	<b>57.687</b>	<b>142.800</b>			
Custo	127.209	146.403	273.612	-	-	-
Amortização acumulada	(42.096)	(88.716)	(130.812)	-	-	-
<b>Consolidado</b>	<b>Softwares</b>	<b>Material didático</b>	<b>Licenças de operação - Universidade</b>	<b>Ágio por rentabilidade futura</b>	<b>Total</b>	
<b>Valor residual</b>	<b>41.991</b>	<b>50.118</b>	<b>2.488</b>	<b>9.993</b>	<b>104.590</b>	
Custo	50.471	72.932	2.488	9.993	135.884	
Amortização acumulada	(8.480)	(22.814)	-	-	(31.294)	
Capitalização	34.605	38.174	-	-	72.779	
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	
Amortização	(12.931)	(30.117)	-	-	(43.048)	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>						
<b>Valor residual</b>	<b>63.665</b>					

## GRAN TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO S.A.

## 14. CONTINGÊNCIAS

(a) **Processos com expectativa de perdas prováveis:** As provisões relacionadas a processos trabalhistas e cíveis cuja probabilidade de perda é avaliada como provável são as seguintes:

	Controladora			Consolidado		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>75</b>	<b>590</b>	<b>665</b>	<b>75</b>	<b>590</b>	<b>665</b>
Adições	213	1.465	1.678	213	1.465	1.678
Reversões	(215)	(182)	(397)	(215)	(182)	(397)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>72</b>	<b>1.873</b>	<b>1.945</b>	<b>72</b>	<b>1.873</b>	<b>1.945</b>
Adições	24	777	801	24	1.304	1.329
Reversões	(72)	(565)	(637)	(72)	(565)	(637)
Pagamento	-	(490)	(490)	-	(490)	(490)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>24</b>	<b>1.595</b>	<b>1.619</b>	<b>24</b>	<b>2.122</b>	<b>2.146</b>

(b) **Processos com expectativa de perdas possíveis:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cível	200	77	200	77
Trabalhista	204	-	709	-
<b>Total</b>	<b>404</b>	<b>77</b>	<b>909</b>	<b>77</b>

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos geralmente se referem a disputas legais e administrativas envolvendo funcionários, fornecedores e estudantes. As provisões são registradas para processos judiciais que representam perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui uma análise das evidências disponíveis, incluindo a opinião de consultores jurídicos internos e externos. A Administração acredita que as provisões são suficientes e estão adequadamente registradas nas demonstrações financeiras.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital autorizado:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 83.562 (R\$ 83.562 em 2024), equivalentes a 112.929 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	Ações em 2025		Ações em 2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Gabriel Vinícius Carvalho Granjeiro	39.702	35,16%	39.702	35,16%
Rodrigo Teles Calado	32.485	28,77%	32.485	28,77%
BTG Pactual Invest. Impacto Fundo de Invest. Participações - Multiestratégia	40.742	36,08%	40.742	36,08%
	<b>112.929</b>	<b>100,00%</b>	<b>112.929</b>	<b>100,00%</b>

(b) **Transações com membros chave da administração:** A despesa com remuneração dos membros chave da administração durante o exercício de 2025 foi de R\$ 8.150 (2024 - R\$ 5.878). (c) **Dividendos e reservas:** A Companhia apresentou lucro de R\$58.528 no exercício de 2025, e destinou 5% para reserva legal conforme previsto na Lei 6404/76, no montante de R\$2.926. A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida com base no estatuto social e por deliberação de Assembleia Geral. Em 2025, a Companhia aprovou distribuição de lucros no total de R\$54.395 para os acionistas, sendo parte desse valor representado pelos dividendos mínimo obrigatório conforme previsto na Lei 6404/76. (d) **Juros sobre capital próprio (JCP):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 7.533 (Nota 19), os quais foram pagos / creditados aos sócios, conforme deliberação societária. (e) **Pagamento baseado em ações (Stock option):** No dia 15 de janeiro de 2025, a Companhia realizou a emissão de 22 contratos de plano de opções de ações com a outorga de 6.155 ações ordinárias/deliberativas, como parte do seu plano de incentivo de longo prazo destinado a executivos e funcionários-chave. A iniciativa tem como propósito alinhar os interesses de longo prazo dos executivos com os dos acionistas, incentivar a retenção de talentos, e promover a responsabilidade e o comprometimento em relação ao desempenho da Companhia. Os detalhes da outorga e os valores apurados e reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados a seguir:

Data da Outorga	15/01/2025
Valor justo da opção (reais)	5.783,46
Prazo máximo para exercício	10 anos
Outorgadas	6.155
(-) Canceladas	(17)
(-) Exercidas	-
<b>Saldo de plano de opção de ações</b>	<b>6.138</b>
Apropriação da despesa	11.294

## 16. LUCRO POR AÇÃO

	2025	2024
(a) <b>Básico:</b> O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias detidas pelos acionistas durante o ano. A tabela a seguir contém o lucro (prejuízo) por ação da Companhia para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valores por ação):		
<b>Lucro básico por ação</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	58.528	77.540
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	113	113
<b>Lucro básico por ação (R\$)</b>	<b>517,95</b>	<b>686,19</b>

(b) **Diluído:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui nenhum título emitido ou transação com efeito diluidor das suas ações.

## 17. RECEITA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita com cursos preparatórios	427.877	397.649	427.877	397.649
Receita com graduação	-	-	59.478	36.607
Receita com pós-graduação	-	-	46.821	31.505
<b>Receita bruta</b>	<b>427.877</b>	<b>397.649</b>	<b>534.176</b>	<b>465.761</b>
(-) Cancelamentos	(18.064)	(18.265)	(18.986)	(19.861)
(-) Descontos	-	-	(3.032)	(4.791)
(-) Bolsas de estudo Prouni	-	-	(5.327)	(3.814)
(-) Impostos e contribuições sobre a receita	(22.231)	(21.825)	(26.971)	(25.102)
<b>Receita líquida</b>	<b>387.582</b>	<b>357.559</b>	<b>479.860</b>	<b>412.193</b>

## 18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Folha de pagamento	122.211	105.903	143.352	124.143
Serviços de consultoria e assessoria	86.951	75.377	90.974	79.025
Vendas e marketing	62.342	53.749	78.048	61.886
Depreciação e amortização (i)	61.136	46.391	63.128	47.841
Taxa de administração de cartão	7.211	6.526	8.719	7.697
Utilidades, limpeza e segurança	3.357	3.553	4.456	4.455
Materiais	818	1.073	992	1.326
Manutenção	260	207	668	471
Plano de opções de ações	11.294	-	11.294	-
Outras despesas	1.998	3.722	5.483	7.818
<b>Total</b>	<b>357.578</b>	<b>296.501</b>	<b>407.114</b>	<b>334.662</b>
Custo dos serviços prestados	103.230	90.443	125.858	109.912
Despesas gerais e administrativas	109.383	88.754	117.214	95.635
Despesas com vendas	144.965	117.304	164.042	129.115
<b>Total</b>	<b>357.578</b>	<b>296.501</b>	<b>407.114</b>	<b>334.662</b>

## (i) Depreciação e amortização

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos serviços prestados	37.074	30.180	38.900	31.471
Despesas gerais e administrativas	24.530	16.408	24.695	16.621
Vendas	441	375	441	375
<b>Total</b>	<b>62.045</b>	<b>46.963</b>	<b>64.036</b>	<b>48.413</b>
(-) Capitalização	(909)	(572)	(908)	(572)
<b>Total</b>	<b>61.136</b>	<b>46.391</b>	<b>63.128</b>	<b>47.841</b>

## 19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos aplicação financeira	4.679	2.752	6.756	3.265
Juros e multa sobre carteira de clientes	149	-	754	441
Descontos obtidos	30	10	31	10
Outros	6	353	5	388
<b>Total</b>	<b>4.864</b>	<b>3.115</b>	<b>7.546</b>	<b>4.104</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.771)	(5.940)	(11.226)	(6.618)
Juros sobre capital próprio (Nota 15)	(7.533)	-	(7.533)	-
Juros sobre arrendamentos	(823)	(828)	(1.408)	(1.412)
Descontos concedidos	-	-	(7.069)	-
Outros	(1.030)	(879)	(1.315)	(906)
<b>Total</b>	<b>(20.157)</b>	<b>(7.647)</b>	<b>(28.551)</b>	<b>(8.936)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(15.293)</b>	<b>(4.532)</b>	<b>(21.005)</b>	<b>(4.832)</b>

## 20. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Atualmente a administração da Companhia gerencia suas atividades em um único segmento de negócio operacional. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia (CODM) não toma decisões estratégicas nem avalia o desempenho com base em diferentes segmentos, e regiões geográficas. Atualmente, a Companhia opera exclusivamente no Brasil e todos os ativos, passivos e resultados são alocados no Brasil.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros: (a) **Ativos financeiros:**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Ao custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.064	89.078	23.518
Contas a receber	4	119.321	85.173	145.411
<b>Total</b>	<b>132.385</b>	<b>174.251</b>	<b>168.929</b>	<b>200.540</b>
Circulante	132.385	174.251	168.929	200.540

(b) **Passivos financeiros:**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	11	27.062	26.246	29.587
Empréstimos e financiamentos	12	61.239	73.473	62.921
Passivos de arrendamento	10	6.200	5.974	10.732
<b>Total</b>	<b>94.501</b>	<b>105.693</b>	<b>103.240</b>	<b>115.613</b>
Circulante	39.975	39.533	45.130	43.982
Não circulante	54.526	66.160	58.110	71.631

(c) **Valor Justo:** A Companhia avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber no ativo circulante, fornecedores, empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento se aproximam de seus valores contábeis em grande parte devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Os passivos de arrendamento têm seu valor contábil desvalorizado à sua respectiva taxa de juros efetiva, a fim de serem apresentadas ao mais próximo possível de seu valor justo. (d) **Instrumentos financeiros: Objetivos e políticas para gestão de riscos:** Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem empréstimos e financiamento, fornecedores e passivos de arrendamento. O principal objetivo desses passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros incluem contas a receber e caixa e equivalentes de caixa que derivam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia monitora os riscos de mercado, crédito e operacional de acordo com os objetivos de gestão de capital e conta com o apoio, monitoramento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A política da Companhia é que nenhuma negociação de derivativos para fins especulativos possa ser realizada. O Conselho de Administração revisa e concorda com as políticas de gerenciamento de cada um desses riscos, que estão resumidas abaixo. **i. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mercado está relacionada ao risco de taxa de juros. A análise de sensibilidade nas seções a seguir se refere à posição em 31 de dezembro de 2025. **ii. Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente a aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas, sujeitos, em cada caso, a taxas de juros variáveis, principalmente o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (ou taxa de inflação do IPCA). **Análise de sensibilidade:** A tabela a

seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros das aplicações financeiras e contas a pagar por aquisição de controladas. Com todas as variáveis mantidas constantes, o lucro antes dos impostos do Grupo é afetado pelo impacto da taxa de juros variável, como segue:

Controladora	Saldo em 2025	Índice - % ao ano provável	Cenário	Risco	Aumento/redução na taxa de juros	
					Cenário possível 25%	Cenário remoto 75%
Empréstimos e financiamentos	61.239	CDI - 14,32%	8.769	Aumento	10.962	15.347
Passivos de arrendamento	6.201	IPCA - 4,26%	264	Aumento	330	462

Consolidado	Saldo em 2025	Índice - % ao ano provável	Cenário	Risco	Aumento/redução na taxa de juros	
					Cenário possível 25%	Cenário remoto 75%
Empréstimos e financiamentos	62.921	CDI - 14,32%	9.010	Aumento	11.263	15.768
Passivos de arrendamento	10.732	IPCA - 4,26%	457	Aumento	571	800

O cenário provável reflete o resultado previsto utilizando as taxas de fechamento dos juros prefixados e dos índices de inflação no final do ano. O cenário possível projeta uma variação de 25% nessas taxas e, no cenário remoto, uma variação de 75%, tanto a alta quanto a baixa, sendo consideradas as maiores perdas resultantes do fator de risco. **iii. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações sob um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a uma perda financeira. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O risco de crédito do cliente é gerenciado pela Companhia com base na política, procedimentos e controles estabelecidos relacionados ao gerenciamento de risco de crédito de clientes. Os recebíveis de clientes pendentes são monitorados regularmente. Consulte a Nota 4 para informações adicionais sobre as contas a receber. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia. Os investimentos de recursos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites atribuídos a cada contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito para os componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os valores contábeis de seus ativos financeiros. **iv. Risco de liquidez:** A Administração da Companhia é responsável por monitorar o risco de liquidez. Para atingir o objetivo, a Administração revisa regularmente o risco e mantém reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com instituições financeiras de primeira linha. A Administração também monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os principais projetos de recursos financeiros utilizados pela Companhia decorrem da necessidade de efetuar pagamentos a fornecedores, despesas operacionais e obrigações com salários e encargos sociais. Mensuração do valor justo: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou que os valores justos dos instrumentos financeiros ao custo amortizado, como caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber correntes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e pagamentos antecipados de clientes se aproximam de seus valores contábeis, em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos. Obrigações de arrendamento mercantil têm seu valor contábil ajustado pela respectiva taxa efetiva de juros para serem apresentadas o mais próximo possível de seu valor justo. **Gerenciamento do capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar o pressuposto de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital e faz ajustes à luz de mudanças nas condições econômicas. Para manter e ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital aos acionistas ou emitir novas ações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía uma estrutura de capital projetada para viabilizar sua estratégia de crescimento, organicamente e por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado. Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gerenciamento de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O capital é administrado considerando a posição consolidada. A Companhia não possui nenhuma transação sujeita a *covenants* financeiros.

## 22. SEGUROS

A Companhia mantém seguros para responsabilidade civil, riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão, seguro de fiança locatícia e de administradores. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia tem como política contratar seguros com cobertura nos seguintes riscos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Seguro patrimonial	19.820	19.820	69.820	69.820
Seguro administradores	30.000	30.000	30.000	30.000
Seguro garantia	-	-	2.250	2.250
	<b>49.820</b>	<b>49.820</b>	<b>102.070</b>	<b>102.070</b>

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

No 21 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a contratação de captação no mercado de capitais por meio da 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única e para colocação privada, no montante total de R\$ 30.000, com vencimento em 23 de julho de 2029. A emissão foi realizada na forma escritural, com registro para liquidação no CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (B3). As Notas Comerciais não possuem atualização monetária sobre o valor nominal e fazem jus à remuneração correspondente a 100% da Taxa DI, acrescida de 2,46% ao ano, base. Os recursos captados destinam-se ao uso geral de caixa da Companhia. A emissão não conta com garantias reais ou fiduciárias. O Termo de Emissão estabelece obrigações contratuais adicionais (*covenants*) aplicáveis durante a vigência da operação. Entre tais obrigações, destaca-se a manutenção, pela Companhia, de índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. O instrumento também exige a apresentação das demonstrações financeiras auditadas ao investidor no prazo de até 120 dias após o encerramento do exercício social.

## MEMBROS DO CONSELHO

Gabriel Vinícius Carvalho Granjeiro - Presidente do Conselho de Administração  
Rodrigo Teles Calado - Vice-presidente do Conselho de Administração  
João Victor Carneiro Mokdissi - Membro do Conselho de Administração  
Ricardo Garbarchotto - Membro do Conselho de Administração  
Matteus Faria Marchioni - Membro do Conselho de Administração  
Marina Cavalcanti de Albuquerque - Suplente  
Mariana Vasques Scan - Membro do Conselho de Administração  
Gabriela Campos Lima Cantolano - Membro do Conselho de Administração

## CONTADOR

Michele Kakimori - CRC SP 325435/0-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da Gran Tecnologia e Educação S.A.

Brasília - DF  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Gran Tecnologia e Educação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia